

Registro – Reunião de mobilização PNAB**Data da reunião:** 08 de maio de 2024**Local:** Plataforma Jitsi Meet

A reunião teve início às 19h40 com a participação de membros da sociedade civil, conforme segue:

Marco Moretto Neto, Vilma Lucia da Rosa Ramos, Juliana Grillo Domenici, Débora Amanda Lojor Ferreira, Mayra Gusman de Souza Brito, Silvia Apati, Rita Chahud, Marcos Horta, Ricardo Molina (Rede Integrativa), Débora Vieira, Ale Oshiro, Flavio Shimoda, Neri Silvestre, Julio Bastos, Reinaldo Cardoso, Josenilda Maria da Silva, TC7 Produções, Ângela Santos, Fernando Santos, Pedro Sekya, Carlos Rizzo, Marlete Araújo, Alba Brito, Giovana Miranda, Lincoln Fortes, Marilena Nakano, Marcelo Kozeminski, Flavio Marin e Silvia Helena F. Passarelli.

Foi apresentada pauta desta reunião e debatidos os seguintes assuntos:

- Apresentação geral sobre a Lei n.º 14.339 de 08/07/2022;
- Vigência da Lei – de 2023 a 2027;
- Quem são os beneficiários da lei – Trabalhadores da cultura PF e PJ;
- Valor disponível em Santo André – R\$4.616.863,83;
- Relação da lei com o Sistema Nacional de Cultura;
- Participação da sociedade civil na implantação da lei na cidade;
- Apresentação do PAAR;
- Prazo de envio ao Ministério da Cultura – 31 de maio de 2024;
- Como projetar as ações nos próximos anos;
- Quais discussões devem ser feitas pela sociedade civil;
- Proposta de 3 editais – PF, PJ e Política Cultura Viva;
- Proposta de divisão de valores por edital;

- 5% para ações de apoio – contratação de pareceristas, profissionais para ministrar cursos e orientar na elaboração de projetos, ações de mapeamento e análise dos dados dos editais e elaboração de catálogo digital;
- Editais de fomento;
- Obras e reformas de espaços, aquisição de bens e manutenção de espaços – sugestão de não realizar em 2024;
- Fortalecimento do Sistema Nacional de Cultura com a PNAB – articular categorias com o Plano Municipal de Cultura;
- É apresentado cronograma de ações, agenda de reuniões, canais de comunicação e pesquisa COLAB.

Em seguida, é aberto para falas e esclarecimento de dúvidas do público:

- Sugestão de criar categoria integrada à Saúde;
- Necessidade de a administração municipal contribuir com os recursos da PNAB – Exemplo: Editais do Fundo Municipal de Cultura – Como a PMSA pretende aplicar recursos complementares? – Legislação não exige contrapartida, apenas a manutenção dos investimentos existentes;
- Possibilidade de recorrer a recursos Estaduais e Municipais – Legislação da PNAB impede dupla contemplação;
- Sugestão de reduzir as categorias e definir as reais prioridades / inserir as demais categorias do PMC ao longo dos anos de vigência da PNAB - Esta questão deve ser discutida, é sugerido manter as portas abertas e dosar o investimento em cada categoria;
- Articulação com as demais Secretarias para viabilizar a PNAB – Cruzamento das ações com outras secretarias será definido nos editais;
- Sugestão de utilizar parte dos 5% destinado às ações de apoio para realizar um encontro/mostra dos trabalhos contemplados – Esses valores são destinados às ações de apoio e implantação, uma mostra ou encontro são processos finais;

- Necessidade de ocupar espaços públicos – O uso dos espaços já tem acontecido / PNAB possui desenho específico com pontos e pontões de cultura. É necessário pensar em locais que não possuem equipamentos de cultura;
- Melhorar acesso ao CulturAZ – Plataforma tem função de mapear, mas também possui limites sendo necessário melhorar a fruição das informações;
- Editais possuem limite, sendo necessário pensar em outras possibilidades que precisam ser estruturadas nos próximos anos – Exemplo: bolsas e subsídios;
- Possibilidade de cota para pareceristas;
- Qual a base de cálculo para pagamento de R\$5.000,00 para cada parecerista? – Média de valores praticada pelo mercado;
- Necessidade de ampliar o cadastro dos pontos de cultura e estimular a participação através de editais;
- Editais são uma forma democrática para levar recursos aos locais, mas não pode ser responsável para resolver problemas da administração pública;
- Necessidade de escutar a produção cultural no cotidiano;
- Meta 4 do plano municipal de cultura – necessidade de realizar busca ativa / mapeamento;
- É abordada a questão dos prazos para elaboração e cadastro do PAAR;
- Modelo apresentado é viável para execução da lei este ano;
- Exigências para validação dos pontos de cultura;
- Importância da lei cultura viva municipal – a lei cultura viva precisa ser estruturada no município;
- Valores destinados a premiação devem ser discutidos com a sociedade civil – cuidado para não banalizar a premiação;
- Convite para participar das próximas reuniões do Conselho e Fóruns;
- Debate da PNAB com os fóruns no dia 13/05 – debate ampliado com a participação da administração no dia 20/05, às 19h30;

- Ponto de cultura da Vila Suíça está aberto para auxiliar no cadastro dos pontos de cultura;
- Solicitação para disponibilizar apresentação para debate – apresentações estão no site da PNAB.

Nada mais a tratar, a reunião foi encerrada às 21h20.

